

Sumário

ALCIDES JORGE COSTA

Guerra Fiscal e Modulação dos Efeitos das Decisões do STF 9

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

As Contribuições ao PIS e à Cofins não Cumulativas. Direito à Exclusão na Base de Cálculo de Todas as Despesas Dedutíveis para Apuração do IRPJ, inclusive as de Mão de Obra

1. Introdução. 2. A não Cumulatividade no Sistema Tributário Brasileiro.
3. O Conceito de Insumo para Fins de não Cumulatividade do PIS e da Cofins. 4. A Mão de Obra e a sua Dedutibilidade do PIS e da Cofins.

12

CLÉLIO CHIESA

ICMS - Tributação das Operações Interestaduais - Comércio Eletrônico e Operações com Produtos Oriundos do Exterior

1. A Disputa entre os Estados pelo Produto da Arrecadação do ICMS.
2. O Critério de Repartição da Competência Impositiva Adotado constitucionalmente quanto à Tributação das Operações Interestaduais.
3. A Exigência de ICMS na Entrada de Produtos no Território do Estado Destinatário da Mercadoria. 4. A Tributação das Operações Realizadas de Forma não Presencial por Meio de Internet, *Telemarketing* ou *Showroom*.
5. O ICMS Incidente nas Operações Interestaduais com Produtos Oriundos do Exterior. 6. Conclusões.

36

FERNANDO FACURY SCAFF

Recuperação dos Créditos Acumulados de ICMS na Exportação

- I. Erro da Constituição de 1988: Entes Subnacionais exportando Tributos.
- II. Qual a Estrutura desta Norma de Ressarcimento? A Regra-matriz de Incidência Financeira. III. Como se ressarcir em face da Legislação? IV. Conclusões.

52

GABRIEL LACERDA TROIANELLI

A Multa Tributária: Proporcionalidade, não Confisco e a Atuação do Poder Judiciário

1. Introdução. 2. A Insuficiente Regulação pelo CTN. 3. Os Principais Problemas Legislativos. 4. Conclusão.

75

GUILHERME CEZAROTI

A Responsabilidade de Quotistas, Administradores, Advogados e Contadores por Débitos da Pessoa Jurídica de Responsabilidade Limitada. Desconsideração da Personalidade da Pessoa Jurídica

- I - Introdução. II - O Momento de Apuração da Responsabilidade Tributária - Importância de Recentes Decisões do STF. III - O Momento da Execu-

ção do Responsável Tributário. IV - Responsabilidade Subsidiária - Redirecionamento da Execução Fiscal. V - A Responsabilidade dos Quotistas. VI - A Responsabilidade dos Quotistas-gerentes e Administradores. VII - Responsabilidade de Advogados. VIII - A Responsabilidade dos Contadores. IX - Conclusões.

88

HELENO TAVEIRA TÔRRES

Responsabilidade de Terceiros e Desconsideração de Personalidade Jurídica em Matéria Tributária

1. Segurança Jurídica da Sujeição Passiva Tributária e a Personalidade Jurídica das Sociedades. 2. Limites à Atribuição de Responsabilidade de Terceiros no CTN - O Dever de provar a Culpabilidade. 3. A Função dos Administradores ou Diretores das Empresas e seus Deveres perante a Sociedade e Terceiros. 4. O Dever de observar o Procedimento Legal para Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário. 5. Controle da Elusão Tributária e Exame da Causa Jurídica dos Atos e Negócios Jurídicos. 6. Considerações Finais: Análise do Regime Tributário de Pessoas Jurídicas na Aplicação do Art. 129 da Lei nº 11.196/2005.

115

HUGO DE BRITO MACHADO

A Ilícitude como Pressuposto Essencial da Penalidade. As Multas Tributárias, a Vedação do Confisco e a Proporcionalidade

1. Introdução. 2. A Ilícitude como Pressuposto Essencial da Penalidade. 3. A Vedação do Tributo Confiscatório e as Multas. 4. O Princípio da Proporcionalidade e as Penalidades. 5. Conclusões.

154

HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO

Guerra Fiscal e Efeitos das Decisões do STF

Introdução. 1. Possíveis Argumentos em Favor da Exigência por Parte dos Estados-membros. 2. Algumas Notas sobre os Efeitos de Decisão que declara a Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo do Poder Público. 3. A Questão da Boa-fé e da Presunção de Constitucionalidade das Leis. 4. Investimentos, Reparação e Eficiência. 5. Preservação de Situação Inconstitucional? 6. Aspectos de Ordem Processual. Conclusão.

167

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Eventuais Efeitos Prospectivos da Proposta de Súmula Vinculante 69 do STF e Inteligência da Unanimidade Exigida para Estados e Distrito Federal concederem Estímulos Fiscais como Cláusula Pétreia Constitucional

182

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

ICMS - Guerra Fiscal - Operação Interestadual e Direito a Crédito. Importações por Conta e Ordem. Resolução nº 31/2012 do Senado. Comércio Eletrônico

I - Incentivos Fiscais e Financeiros. II - Guerra dos Portos - Importação por Conta e Ordem. III - Comércio Eletrônico. IV - Efeitos das Decisões de Inconstitucionalidade dos Incentivos.

202

MARCIANO SEABRA DE GODOI**Proteção da Segurança Jurídica e Guinadas Jurisprudenciais em Matéria Tributária: Análise da Doutrina Atual e de Alguns Casos Recentes**

1. Introdução. 2. O Mito da Segurança Jurídica como *Certeza*: Neutralização Política do Poder Judiciário, Interpretação como *Descoberta* do Sentido da Norma Legal (que já conteria em si uma Valoração Definitiva da Realidade), e Aplicação do Direito como mera Subsunção Lógica. 3. A Segurança Jurídica sob Novas Luzes. 4. Segurança Jurídica e Guinadas Jurisprudenciais: Visão Geral da Proposta Teórica da Doutrina Atual. 5. Não há Segurança Jurídica Digna de Proteção nos Casos de Guinada Jurisprudencial contra o Fisco? 6. Distinguindo bem Dois Tipos de Situações. 7. Em que Circunstâncias devemos considerar que há uma *Efetiva* Guinada Jurisprudencial verdadeiramente Capaz de pôr em Xequê a Segurança Jurídica dos Jurisdicionados? 8. Um Caso de Patente Guinada Jurisprudencial do STF em Desfavor do Contribuinte: a Negativa de Creditamento de IPI na Entrada de Insumos Isentos. 9. Conclusões.

237

PAULO AYRES BARRETO**Ampliação das Hipóteses de Retenção do ISS na Fonte. Limites Normativos**

I - Introito. II - Conceito de Serviço. III - Funções da Lei Complementar em Matéria Tributária e Retenção na Fonte. IV - Sujeição Passiva em Matéria Tributária. V - Local da Prestação e Estabelecimento Prestador. VI - As Hipóteses de Retenção na Fonte Previstas na Lei Complementar nº 116/2003. VII - Conclusão.

266

PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA**Guerra Fiscal: Efeitos das Recentes Decisões do Supremo Tribunal Federal em Relação aos Contribuintes**

1 - Introdução. 2 - Os Contribuintes Alcançados pelas Decisões. 3 - Eficácia Temporal das Recentes Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre Guerra Fiscal. 4 - Princípios Jurídicos Aplicáveis na Definição da Eficácia Temporal das Decisões sobre a Guerra Fiscal. 5 - O Dever de indenizar dos Estados Federados. 6 - Possibilidade de Discussão em Processos Administrativos e Judiciais dos Efeitos das Leis Estaduais Inconstitucionais. 7 - Conclusão.

279

RENATO LOPES BECHO**Responsabilidade de Terceiros e Desconsideração de Personalidade Jurídica em Matéria Tributária**

I - Introdução. II - O Princípio da Legalidade em Matéria Tributária. III - A Constituição Federal e o Código Tributário Nacional. IV - Ausência de Lei que estabeleça a Responsabilização de Sócio por Dissolução Irregular de Empresa. V - A Proposta de Responsabilização de Sócios por Rubens Gomes de Sousa e as Escolhas do Congresso Nacional. VI - A Responsa-

bilidade de Terceiros no Código Tributário Nacional. VII - A Responsabilidade Tributária decorre da Desconsideração da Personalidade Jurídica? VIII - Responsabilidade do Estado pelo Excesso de Responsabilização Tributária. IX - Conclusão.

293

ROBERTO FERRAZ

Cofins e PIS não Cumulativos - Direito à Exclusão na Base de Cálculo de Todas as Despesas Dedutíveis para Apuração do IRPJ, inclusive as de Mão de Obra

1. Introdução. 2. A Concepção da Cofins e do PIS não Cumulativos e sua Possível Invasão de Competência Estadual. 3. A Remodelagem da Cofins e do PIS não Cumulativos pela Doutrina e pela Jurisprudência. 4. A Afirmação da Cofins e do PIS não Cumulativos como Contribuições Incidentes sobre a Renda. 5. A Necessária Consequência de Dedutibilidade de Todas as Despesas Aceitas como Operacionais na Legislação de IRPJ para Fins de Apuração de Cofins e PIS não Cumulativos, inclusive das Despesas de Mão de Obra Pagas a Pessoa Física. 6. A Necessária Dedutibilidade das Despesas Relativas à Mão de Obra sob Pena de Inconstitucionalidade por Absoluto Conflito e Anacronismo tanto com o Princípio Econômico de Busca de Pleno Emprego como com os Dispositivos Específicos que definem o Regime Possível das Contribuições. 7. Conclusão.

314

ROBERTO QUIROGA MOSQUERA, ANA PAULA S. LUI BARRETO e RODRIGO DE FREITAS

Aspectos Práticos e Polêmicos da Amortização do Ágio e a Jurisprudência do Carf

1 - Considerações Gerais e Preliminares. 2 - Principais Aspectos Contrários da Amortização Fiscal do Ágio. 3 - Conclusão.

327

SACHA CALMON NAVARRO COELHO

Tipologia Jurídica - Normas de Organização, de Competência, Técnicas, de Conduta ou Comportamentais e Sancionantes

1. Distinção entre Normas, Leis e Proposições Jurídicas. 2. Existência, Validade e Vigência das Leis - Aplicabilidade, Incidência e Eficácia das Normas Jurídicas. 3. O Surgimento das Normas Feitas pelos Juízes - A Irretroatividade das Normas Judiciais. Comparação Analógica com as Normas Legislativas.

348

SCHUBERT DE FARIAS MACHADO

O Ilícito como Pressuposto da Sanção e a Proporcionalidade nas Multas Tributárias

Introdução. 1. O Ilícito e a Sanção. 2. Da Necessária Proporcionalidade entre a Multa e o Descumprimento de Obrigação Tributária Acessória. 3. Do Art. 136 do CTN. 4. O Indeferimento de Pedido de Ressarcimento ou a não Homologação de Compensação como Hipótese de Aplicação de Multa. 5. Do Direito de Petição. Conclusões.

367